

O QUE É QUE A PSICOLOGIA CIENTÍFICA TEM QUE A PSICOLOGIA POPULAR E O SENSO COMUM NÃO TÊM?

Amâncio da Costa Pinto

Faculdade de Psicologia e C. da Educação, Universidade do Porto, Portugal

Resumo

A relação da psicologia científica com o senso comum é complexa. Os detractores da psicologia afirmam que de psicologia todos sabemos um pouco, que a psicologia não passa de um senso comum esclarecido, que tem por objectivo confirmar o óbvio e em-*re-*descobrir o que já se sabe. A psicologia científica responde ao senso comum demonstrando as contradições expressas em vários provérbios, aponta a indefinição de fronteiras e das circunstâncias em que se aplica, apresenta resultados de investigações psicológicas contra-intuitivos e ressalta a existência de áreas em relação às quais o senso comum pouco ou nada tem a dizer, como a neuropsicologia e a psicologia cognitiva experimental. O artigo discute estes argumentos, analisa as contradições do senso comum em provérbios portugueses, descreve 10 resultados contra-intuitivos da psicologia cognitiva e defende em conclusão o distanciamento da psicologia científica face ao senso comum.

PALAVRAS-CHAVE: *Psicologia científica, psicologia popular, senso comum, provérbios, investigação contra-intuitiva.*

Psicologia popular

Um dia ao viajar de táxi e a meio de uma conversa animada sobre um tema qualquer da actualidade, o motorista perguntou-me indirectamente qual era a minha profissão: "Você por acaso não é advogado?" "Não, - respondi eu - Sou professor de psicologia". "Psicologia, grande curso!" - disse o motorista. E continuou, "Sabe, eu acho que tinha jeito para a psicologia. Uma pessoa na minha profissão não se safa se não tiver uns bons conhecimentos de psicologia".

Morada (address): Faculdade de Psicologia, Universidade do Porto, R. Campo Alegre, 1055, 4169-004 Porto, Portugal.
Email: amancio@psi.up.pt.

Partes deste artigo e dos artigos de Félix Neto e Orlando Lourenço foram inicialmente objecto de uma comunicação e debate na Casa de Cultura de Paranhos, Porto, em 24 de Abril de 1998. Estudo realizado no âmbito do Projecto FCT, nº 113/94.

Em certa medida o taxista tinha razão. Se se considera a psicologia como o estudo do comportamento, então as observações do taxista sobre o comportamento das pessoas que conduz ou talvez recuse conduzir, constitui uma parte potencialmente importante da sua profissão, conforme referiu Baddeley (1984) ao reflectir sobre uma situação quotidiana semelhante.

Pensando melhor, a avaliação do taxista podia ser feita por qualquer pessoa, na medida em que a sobrevivência da espécie humana depende de uma interpretação adequada das reacções dos nossos semelhantes quando interagimos uns com os outros. Uma percepção correcta de como as pessoas agem e se comportam é uma vantagem considerável nas interacções sociais. Em geral, de psicologia todos sabemos um pouco, do mesmo modo que julgamos saber de educação, gestão, futebol e televisão. De onde nos vem este conhecimento psicológico?

Cada vez mais diariamente somos bombardeados com telenovelas, músicas, canções, programas de TV, conferências e debates, livros, revistas e jornais a tratarem de psicologia, comportamento, dificuldades de relacionamento, sexo, paixão e dinheiro, ódio, ciúme e tragédias, sucesso e felicidade. Por muito desatenta que uma pessoa seja, alguma desta informação irá transitar ou ser absorvida subrepticamente pela mente das pessoas (e.g., Fletcher, 1995). No que se refere à psicologia, o problema não está no pouco que sabemos, ou no muito que julgamos saber, mas antes em julgar que sabemos o suficiente e de modo preciso e correcto. Estará fundamentado o que julgamos saber? Será que podemos aplicar os conselhos gerais ao nosso caso? Será que também sabemos de outras áreas, como a física ou a química?

Voltando ao taxista para servir de exemplo, este profissional tem outros conhecimentos práticos, além da psicologia, igualmente importantes como o conhecimento da aceleração e da desaceleração do carro, dos efeitos da gravidade nas descidas e das forças centrífugas e centrípetas nas curvas da estrada (Baddeley, 1984). Apesar de tudo isto, poucos serão os taxistas que ao encontrarem-se com um professor de física dirão: - "Eu acho que tinha jeito para a física".

Segundo Baddeley (1984) a diferença entre as duas situações reside no facto de que "o termo *física* apenas se aplica ao estudo do mundo físico, enquanto que o termo *psicologia* é aplicado a quase tudo, desde a exploração da personalidade de Raskolnikov de Dostoiewski até ao esforço do treinador de futebol para desconcertar o treinador adversário atrasando a informação sobre a formação da sua equipa até ao último minuto" (o. cit., p. 14).

A psicologia é uma das ciências que se presta a grandes confusões devido por um lado ao recurso frequente a uma terminologia retirada da linguagem

corrente, em que os conceitos já têm um significado aceite e partilhado (e.g., Kelley, 1992; Smedslund, 1997, p. xi). Por outro, a complexidade do objecto da psicologia não permite explicar facilmente qual a área ou domínio em que um psicólogo individual é competente, já que este aborda o funcionamento mental e o comportamento que as pessoas manifestam recorrendo a métodos e técnicas diversos e aparentemente desconexos.

O resultado disto, pelo menos a partir do exterior, é que a psicologia parece um alforge de conceitos e técnicas, mais um guarda-chuva onde se abrigam grupos de pessoas - cujos interesses não se encaixam facilmente noutras áreas do saber - do que uma disciplina verdadeiramente científica.

A impressão de confusão e anarquia é intensificada ao observar-se que a psicologia é alimentada por controvérsias alarmantes, como a ocorrida entre os adeptos da influência genética na inteligência e os adeptos da influência do meio sócio-económico, ou entre os behavioristas que negam a existência de estados mentais e os cognitivistas que os aceitam e lhes reconhecem poder causal.

Se se acrescentar à confusão, anarquia e controvérsia, a pretensa trivialidade de algumas conclusões que os psicólogos anunciam como grandes descobertas do tipo "As crianças que habitam em lares onde há mais livros têm uma melhor realização escolar" pode levar uma pessoa a perguntar: "E daí? Isso é óbvio! Faz parte do senso comum!"

Em síntese, os detractores da psicologia afirmam que a psicologia não passa de senso comum, que apenas descreve o que as pessoas já sabem, que é a ciência do óbvio, que não se especializa em descobrir algo de novo, mas em re-descobrir o que talvez o avô já sabia e costumava aconselhar ao netinho. Noutros casos, alega-se que, se a psicologia não é bem o senso comum, então não passa de um senso comum esclarecido, como no caso da correlação entre maior ou menor realização escolar e o maior ou menor número de lares com livros.

O uso frequente do termo *psicologia* no dia a dia e em contextos tão diversos gera confusões e ambiguidades. No sentido de as superar, a Associação de Psicologia Experimental Americana propôs até o uso do termo *psiconomia*, para se referir à psicologia como ciência, deixando o termo *psicologia* para as explicações comuns do comportamento humano. A relação entre psicologia e psiconomia seria então equivalente à relação entre astrologia e astronomia. Todavia, por inércia ou conservadorismo, a grande maioria dos estudantes da mente e do comportamento humano têm preferido continuar a adoptar o termo *psicologia*, o que até já levou alguns cientistas mais radicais a repudiarem o termo psicólogo, preferindo antes intitular-se

psicométricos, psiconeurologos, psicofisiologistas e psicoacústicos e a fundarem associações "puramente científicas".

O âmbito do senso comum

De acordo com Fletcher (1984), o senso comum é um corpo de crenças e conhecimentos culturais partilhados por um grupo ou comunidade acerca do funcionamento das pessoas e do mundo que as rodeia. Segundo Fletcher (1984), o senso comum pode ser analisado segundo as três perspectivas seguintes:

- O senso comum é constituído por um conjunto de crenças fundamentais sobre a natureza do mundo físico e social.
- O senso comum é constituído por um conjunto de máximas e provérbios que as pessoas partilham sobre o mundo físico e social.
- O senso comum é constituído por uma maneira comum de pensar sobre o mundo físico e social.

As duas primeiras perspectivas, crenças fundamentais e máximas culturais, representam o conteúdo do pensamento do senso comum, enquanto que a terceira perspectiva representa os processos cognitivos subjacentes envolvidos no pensar comum. Esta distinção parece estar enraizada nas pessoas. Depois de observarem ou se confrontarem com certas situações e comportamentos, as pessoas costumam alegar adágios e máximas para as confirmar e justificar. E comportam-se da maneira que julgam ser a mais comum de agir.

A psicologia deve ter uma relação e uma confrontação diferente com cada uma destas três áreas ou delimitações do senso comum.

O senso comum como um corpo de crenças fundamentais partilhadas

O senso comum constitui um corpo de crenças necessárias para manter uma visão explicativa e inteligível do mundo. Entre estas destacam-se a crença na existência do mundo, independentemente da percepção que dele temos; As relações causais, que ocorreram no passado, voltarão a ocorrer no futuro; As outras pessoas possuem estados de consciência; Somos a mesma pessoa cada dia que passa; As pessoas têm sentimentos, são criaturas auto-conscientes e capazes de auto-controle.

Estas crenças revelam algumas características comuns. Verifica-se por um lado um acordo praticamente unânime na cultura ocidental sobre a

aceitação destas crenças. Por outro, estas crenças são tacitamente aceites e quase nunca questionadas, justificadas, ou até mesmo articuladas, a não ser pelos filósofos.

Estas crenças são de tal modo consideradas fundamentais que, se por hipótese forem questionadas, as pessoas pensam que o inquiridor ou está a brincar ou está maluco (por ex., será que aquilo que estou a ver são pessoas ou fantasmas? Estou a sonhar ou a falar em público?). Tais crenças constituem os alicerces da estrutura cognitiva da pessoa, de modo que a ausência, mesmo parcial, afectaria gravemente o funcionamento mental da pessoa.

No entanto a crença de que as pessoas são capazes de auto-controle e de que possuem estados mentais internos (crenças, atitudes, preferências, etc.) que influenciam o comportamento está em conflito com uma corrente psicológica, o chamado behaviorismo radical de Skinner. No livro "Para além da liberdade e da dignidade", Skinner (1971, 1974) afirmou o seguinte:

"Todas estas interrogações acerca de propósitos, sentimentos, conhecimentos e outros aspectos podem ser feitas, mas em função do ambiente a que a pessoa tenha estado exposta. O que a pessoa «tenciona fazer» depende daquilo que fez no passado e do que então aconteceu. A pessoa não age porque se «sente furiosa»; age e sente-se encolerizada por uma razão comum, não especificada" (o. cit. p. 101). E mais adiante acrescenta:

"Modificamos a força relativa das respostas, reforçando diferencialmente cursos de acção alternativos; não modificamos aquilo a que chamamos preferência. Alteramos as probabilidades de uma dada acção, modificando uma condição de privação ou estimulação aversiva; não modificamos uma necessidade. Reforçamos o comportamento de diferentes maneiras; Não damos à pessoa um objectivo ou uma intenção" (o. cit. p. 130).

Nesta perspectiva psicológica radical, as percepções, as preferências e as necessidades são irrelevantes. As preferências, as percepções e as necessidades de uma pessoa podem ser alteradas e modificadas reforçando selectivamente sequências alternativas de acção. O que esta perspectiva afirma é que ao planearmos o meio ambiente num certo sentido ou num certo contexto, condicionamos as pessoas a terem preferências, necessidades e percepções concordantes com as modificações introduzidas.

Mas não é apenas a psicologia que contesta algumas crenças fundamentais do agir humano. A astronomia refuta a crença popular no movimento dos corpos celestes, a física a crença das pessoas sobre o decorrer linear do tempo e a sua independência de outros factores e a meteorologia as crenças sobre previsão do tempo, do tipo "Em Maio cerejas ao borralho".

Apesar da importância que o behaviorismo e a obra de Skinner teve em psicologia, os psicólogos cognitivos (e.g., Baars, 1997; Kosslyn, 1988; Chomsky, 1973) aceitam actualmente de forma pacífica a existência de estados de consciência, imagens mentais, percepções e preferências. O mesmo ocorreu com alguns dos arautos da corrente filosófica conhecida por "materialismo eliminativo" (e.g., Stich, 1996). Stich foi um dos que inicialmente defendeu que o recurso a estados mentais para prever, explicar e descrever o comportamento das pessoas não passava de quimeras como o flogisto proposto no séc. XVII enquanto princípio de combustão. Contra o que é habitual no meio científico, Stich reconheceu recentemente o erro e mudou de ideias sobre a existência e função dos estados de consciência.

O papel das imagens mentais no comportamento, que os behavioristas anatematizaram, tem sido objecto de vários estudos. A este respeito o psicólogo cognitivo Kosslyn (1988) revelou um elevado grau de correspondência entre zonas cerebrais activadas quer a partir de percepções visuais externas, quer a partir da formação de imagens mentais visuais de um objecto. A similaridade elevada de activação sugere que a representação do mundo visual externo e interno está localizada nas mesmas regiões cerebrais. O que parece fazer algum sentido tendo em conta a eficácia da prática mental reconhecida por atletas do salto à vara, saltos aquáticos, golfe, entre outros desportos.

O senso comum como um corpo de máximas e crenças partilhadas

Este tipo de senso comum diferencia-se do anterior por ser menos universalista e é aceite de modo menos tácito. Segundo Fletcher (1984) parece ter as características opostas: É relativista e explicitamente articulado em adágios, provérbios, máximas, alegorias e fábulas. Estas crenças incorporam guias ou orientações de comportamento, como "De pequenino se torce o pepino", outras vezes generalizações causais, como "O hábito faz o monge". A maior parte porém apresentam um conhecimento demasiado genérico para servir de orientação em certas ocasiões específicas.

Imagine-se uma situação real de um acidente de automóvel, com chapa batida, estragos consideráveis, mas felizmente sem feridos graves. Os condutores(as) saem do carro, dão uma volta para verem os estragos e depois começam a insultar-se e a atirar as culpas para o outro. Observados do exterior estão irados, furiosos, irritados e com tendências agressivas.

Qual a melhor maneira de proceder numa situação destas? Acalmar-se e tentar assinar a declaração amigável, ou descarregar toda a ira de imediato? A

crer nos adágios e provérbios sobre a ira que o senso comum pôs à nossa disposição encontramos justificação para os dois cursos de acção opostos (veja-se no entanto Smedslund, 1997, p. 54). Assim no que respeita ao procedimento amigável, os adágios apropriados seriam:

"Mais fere a má palavra, que a espada afiada"
"Mais apaga a boa palavra, que a caldeira de água"
"Resposta branda, a ira quebranta"
"Quem semeia ventos, colhe tempestades"
"Quem se rala morre cedo".

Em contraste, no que respeita ao curso de acção de dar largas à fúria, seriam de considerar os seguintes provérbios:

"Quem ameaça, a sua ira gasta"
"Um agravo consentido, outro vindo"
"Quem se faz ovelha, come-a o lobo!"
"Quem não se defende é lorpa".

No caso de um acidente automóvel, qual dos dois cursos de acção deve ser adoptado, já que o senso comum justifica os dois? O senso comum não tem resposta.

Existem ainda outros adágios e provérbios com orientações contraditórias, como veremos a seguir:

"Quem espera desespera", versus
"Mais vale tarde do que nunca", ou
"Tudo está em saber esperar"
"O silêncio é de ouro", ou
"Parvo que se cala, passa por sábio", versus
"Livra-te do homem que não fala, e do cão que não ladra".
"Longe da vista, longe do coração", versus
"A distância fortalece o amor".
"Não deixes para amanhã o que podes fazer hoje", versus
"Amanhã também é dia" e "Devagar se vai ao longe"
"Mais vale um pássaro na mão do que dois a voar", ou
"Nunca deixes o certo pelo incerto", versus
"Quem não arrisca, não petisca"
"Cada um é para o que nasce", ou
"O bom gosto não pode ser ensinado", versus

"Aprende-se toda a vida".

*"A cão velho não se ensinam habilidades novas", versus
"Nunca é demasiado tarde para aprender".*

*"Quem se faz ovelha, come-a o lobo", versus
"Cordeiro manso, mama sua mãe e a alheia".*

*"Mais vale quem Deus ajuda do que quem muito madruga", ou
"Mais vale cair em graça do que ser engraçado", versus
"Deus ajuda a quem trabalha, que é o capital que menos falha", ou
"Se queres ter boa fama, não te tome o sol na cama".*

*"A união faz a força", versus
"Mais vale só, que mal acompanhado", ou
"Muitos cozinheiros estragam o caldo", ou
"A manha vale mais do que a força", ou
"Cada cabeça, cada sentença".*

Deste último grupo de provérbios se deduz que, se um trabalho em grupo for bem sucedido pode-se alegar a posteriori que "A união faz a força"; Se for mal sucedido, pode-se sempre justificar que "Mais vale só, que mal acompanhado", talvez porque "Cada cabeça, cada sentença".

Em que circunstâncias é que a "A união faz a força" e em que circunstâncias é que "Mais vale só, que mal acompanhado", ou que "A manha vale mais do que a força" é algo que o senso comum não é capaz de nos dizer. À partida, é inibidor da acção. À posteriori, todo o comportamento e acção se justifica. Ao apoiar-se em adágios deste tipo, a psicologia popular e o senso comum perdem credibilidade, tendo em conta as orientações contraditórias expressas em muitos destes provérbios. É preciso ir mais longe. Requer-se estudos, dados empíricos e um modelo explicativo.

O senso comum como uma maneira de pensar comum

Segundo Fletcher (1984) aprendemos a pensar dentro de uma cultura, quase do mesmo modo como apanhámos o sarampo ou a varicela. Isto é, aprendemos a pensar implicitamente sem saber bem como.

Uma cultura é constituída também por um conjunto de crenças cognitivas. Crenças sobre se uma pessoa é ou não inteligente; se aprende bem ou mal, se

há na vida uma idade para aprender; se é mais importante aprender ou ter uma boa memória.

Para alguns idosos, e até mesmo para pessoas de meia idade, a fase da vida em que se encontram não é propícia a aprender línguas, a frequentar cursos universitários ou a usar um computador. A título de justificação para se afastarem da realização destas ou outras tarefas semelhantes, há muitos que referem os provérbios: - "Burro velho não toma andadura e se a toma pouco dura" ou "Cão velho não aprende habilidades novas".

No que se refere também à crença popular sobre a relação entre inteligência e memória, Rochefoucaud é citado por ter dito que "todos se queixam da sua memória, mas ninguém se queixa da sua inteligência". Talvez porque as queixas sobre memória são percebidas como menos negativas, e logo mais desculpáveis em certos meios culturais, do que as queixas sobre inteligência. De facto no nosso meio social é considerado um insulto o nosso interlocutor afirmar: - "Saíste-me pouco inteligente", quando nos desculpamos por nos termos esquecido de trazer o livro, os apontamentos, a informação solicitada ou por não ter feito o recado. Mas se o nosso interlocutor responder: - "A tua memória anda fraca, precisas de tomar umas vitaminas", a observação é até considerada um cumprimento!

Num meio sócio-cultural em que a psicologia popular e o senso comum têm uma percepção incorrecta sobre o funcionamento cognitivo, esta forma implícita de pensar, muitas vezes falsa e inadequada, pode levar, ou ao abandono de uma tarefa, ou ao planeamento de tempo e esforço inadequado para a resolver.

Neste âmbito, o senso comum torna-se uma matéria importante de análise psicológica, cabendo aos psicólogos explicar os processos cognitivos e os esquemas ou representações que as pessoas usam para formular juízos, interagir com os outros e perceber o meio que as rodeia.

Senso, contra-senso e meta-senso

Da leitura genérica de cerca de um milhar de provérbios publicados no livro de Silva e Quintão (1990) - "Dicionário de Provérbios", apenas foi possível detectar cerca de três dezenas de provérbios com sentido contraditório. Mesmo que este número esteja subestimado, a percentagem efectiva de provérbios contraditórios não parece ser, apesar de tudo, tão elevada e significativa, como alguns investigadores costumam alegar (e.g., Baddeley, 1984).

Porém, mesmo que o número total de provérbios contraditórios se situe em torno dos 5%, os 95% de provérbios restantes dificilmente servem de justificação

para explicar o comportamento e a acção por parte do senso comum e da psicologia popular. Além de contraditório, o senso comum é também generalista, fragmentário e inibidor da acção. Para ter poder explicativo seria preciso apresentar-se como uma teoria com consistência interna, poder unificador e capacidade de previsões correctas. Se tal acontecesse, então já não estaríamos face ao senso comum, mas perante uma teoria científica.

Pode-se argumentar porém, que o senso comum constitui um saber inicial e incipiente, com as suas próprias defesas, que poderão funcionar sob a forma de princípios, conforme está expresso nos provérbios,

*"Quem vê caras não vê corações", ou
"As aparências iludem".*

A fazer fé no senso comum "Quem vê caras, não vê corações", o objecto do senso comum seriam as caras, o imediato e o que está disponível, e o objecto da psicologia seria talvez "a descoberta daquilo que os corações protegem, reservam ou ocultam". À partida, todos somos amadores na indicação e formulação das causas e motivações profundas do comportamento humano. Ao apelar a outras áreas, talvez a áreas científicas como a psicologia, a obtenção de um conhecimento complementar e mais profundo, o senso comum rejeita qualquer estatuto de vir a ser uma teoria e justifica os prováveis erros de previsão.

Será que de acordo com o senso comum, a psicologia conseguirá descobrir o oculto, o escondido, o implícito, a causa e a motivação? A fazer fé no senso comum ficamos novamente presos e enredados, porque "Mais sabe o tolo no seu, que o avisado no alheio". Se o avisado aqui for o psicólogo, quão frustrante não será a função da psicologia? O senso comum é um saber desconcertante ao reclamar o estatuto de tolo profissional!

Outras vezes o senso comum apresenta máximas e conselhos que revelam grande complexidade psicológica, e podem servir de ponto de partida para o desenvolvimento e validação empírica de teorias científicas, como

"Faz bem ao vilão, ele morder-te-á a mão; castiga o vilão, ele beijar-te-á a mão", o que traduz parcialmente o efeito Brutus, no assassinato de Júlio César, ou

*"Quem rouba um ovo, rouba um boi" e
"A ocasião faz o ladrão".*

De acordo com o ditado "Quem rouba um ovo, rouba um boi" pode-se partir para a formulação de uma teoria criminológica, segundo a qual

o combate aos pequenos crimes evita o aparecimento de grandes crimes. Acontece que uma versão desenvolvida desta teoria foi posta em prática na década de 1990 pelas autoridades policiais de Nova Iorque nos EUA com bons resultados, segundo dados estatísticos recentemente vindos a público.

No ditado "A ocasião faz o ladrão", o conteúdo sugere que são as variáveis da situação e do ambiente (isto é, a ocasião), e não os factores pessoais ou disposições mentais da pessoa, os factores principais que causam os comportamentos delinquentes. Ora este ditado está na linha do behaviorismo radical de Watson e Skinner que privilegiaram os factores ambientais no controle do comportamento humano. Este provérbio está ainda em linha com a teoria psicológica sobre o "O erro atributivo fundamental" - às vezes também chamado "O erro psicológico fundamental" - defendido por Heider (1958) que refere que as pessoas, ou pelo menos as pessoas do Ocidente, têm um esquema ou propensão para inferir a causa e os efeitos dos comportamentos, atribuindo um peso exagerado às disposições da pessoa em contraste com o peso da situação.

O âmbito da psicologia científica

O que trata afinal a psicologia? Como antes foi dito, a psicologia é o estudo científico do comportamento e da organização mental. O objecto da psicologia é analisado sob diferentes perspectivas com o objectivo de se vir a obter um dia uma perspectiva integradora. Estas perspectivas são a biológica, a comportamental, a cognitiva, a sócio-cultural, a psicanalítica e a fenomenológica. Para se ter uma ideia das diferentes perspectivas de investigação psicológica na análise do comportamento humano, vou tentar ilustrá-las a partir do fenómeno da ira ou furor.

Na perspectiva biológica; a ira pode ser analisada a partir da activação de certos circuitos neuronais do cérebro, lesões cerebrais provocadas pelo parto, alterações cromossomáticas ou genéticas e da presença ou ausência de certo nível hormonal no organismo.

Na perspectiva comportamental, a ira pode ser analisada a partir dos gestos e expressões faciais produzidos, do rubor da face e dos estímulos externos que precederam e acompanham a manifestação da ira.

Na perspectiva cognitiva, a ira pode ser analisada a partir das experiências passadas vividas, do modo como um indivíduo as organiza, representa e manifesta, e ainda do modo como tais vivências afectam a maneira de pensar e raciocinar em situações específicas.

Na perspectiva sócio-cultural, a ira pode ser analisada a partir da pertença a certos grupos sociais, meios residenciais ou ainda em contextos em que há ou não um público presente. Os acessos de ira costumam diminuir quando o público se afasta.

Na perspectiva psicanalítica, a ira pode ser analisada a partir de conflitos parentais não resolvidos na infância, que foram depois reprimidos pelo sujeito para evitar a ansiedade daí resultante, podendo no entanto irromper de forma inesperada e abrupta.

Na perspectiva fenomenológica, a ira tende a ser analisada a partir da história de vida de uma pessoa, tendo em conta os ultrajes e afrontas vividos e sofridos, da imagem que se tem de si próprio e do controle que se julga ter sobre as situações.

A ira está associado às guerras, à violência e às agressões entre pessoas, grupos e nações (e.g., Baumeister, Stillwell, e Wotman, 1990). É um fenómeno psicológico que foi estudado desde a antiguidade clássica. Aristóteles na *Ética a Nicómaco*, propôs que a questão da ira não é ficar irado ou furioso, mas ficar irado na proporção correcta e Séneca em *De Ira* defendeu que não há provocação ou situação que possa justificar a ira.

A ira é um fenómeno, cuja análise, compreensão e explicação científica constituiria um avanço considerável para o saber psicológico. Por razões de complexidade e de dificuldade de análise deste fenómeno, a psicologia científica dispõe de alguns modelos (e.g., Averill, 1983; Berkowitz, 1990; Dodge, Bates, e Pettit, 1990), mas falta-lhe uma teoria integradora e consistente das diversas perspectivas de análise (Potegal e Knutson, 1994). Em contraste, o senso comum e a psicologia popular têm uma orientação contraditória justificando cursos de acção opostos. Na prática não têm resposta.

A psicologia científica face ao senso comum

Face ao senso comum e à psicologia popular, a psicologia científica pode ter uma função de contestação, uma função supletiva ou desenvolver a sua especificidade própria.

O senso comum não é conhecimento científico

Para muitos investigadores, ocupar-se do senso comum é uma perda de tempo. É fácil provar que o senso comum está errado em física, química, astronomia, meteorologia, entre outras ciências. Porque é que a psicologia

O que é que a Psicologia Científica tem que a Psicologia Popular e o Senso Comum não têm?

científica está a perder tempo? O senso comum não passa de uma crença tola.

As pessoas são crentes e vivem de crenças e o seu pensar é com frequência enviesado e deficiente. Para muitos adolescentes, as pessoas dividem-se em "simpáticas", "não é do meu tipo", ou "asquerosas". Se se lhes perguntar quais as razões mais prováveis para seguir esta classificação, as respostas dadas são geralmente curtas e pouco informativas. Diz-se que as pessoas subestimam o papel causal dos determinantes situacionais do comportamento e sobrestimam o papel das disposições pessoais (o chamado erro atributivo fundamental), que são maus probabilistas e estatísticos, que se deixam indevidamente influenciar por teorias implícitas e que usam parcialmente os dados que têm disponíveis.

Em termos epistemológicos o senso comum é oposto ao conhecimento científico. O senso comum é contraditório, não tem consistência interna, as fronteiras do saber são obscuras e indefinidas, as circunstâncias da sua aplicação são vagas e confusas e falta-lhe precisão na capacidade preditiva. Só a investigação psicológica é capaz de demonstrar sistematicamente as deficiências e os enviesamentos do pensar comum (Nisbet e Ross, 1980; Tversky e Kahneman, 1978).

O papel supletivo da psicologia face ao senso comum

A psicologia científica tem uma especificidade própria e não precisa de se preocupar em servir de contraponto à psicologia popular e ao senso comum. Isso não quer dizer porém que outras áreas do saber como a fenomenologia, a psicanálise e a antropologia sócio-cultural não se ocupem do senso comum, elaborando modelos que possam esclarecer as interações entre estes conceitos. Estas são áreas, aliás, que pela sua abrangência e generalidade costumam exercer um grande fascínio, mas também discussões e controvérsias desgastantes.

As pessoas têm uma capacidade considerável para dar sentido a resultados opostos sugeridos por uma situação ou por uma questão. Farr (1981) refere que inicialmente Stoufer obtinha o seguinte comentário dos comandantes americanos na II Guerra Mundial quando lhes apresentava as conclusões dos inquéritos aos militares: - "Não é grande novidade. Já sabemos isso!". Stoufer, cansado da arrogância dos comandantes para quem os resultados nunca eram novidade, uma vez apresentou os resultados opostos àqueles que tinha observado num inquérito realizado. Os comandantes continuaram a responder na mesma linha: - "Não é grande novidade. Já sabíamos isso!"

Numa situação mais recente verificada no Departamento de Psicologia Aplicada de Cambridge, Inglaterra, um grupo de psicólogos tinha por objectivo avaliar o grau de interacção e facilidade de uso de certos programas informáticos antes destes serem comercializados. Quando os psicólogos comunicavam os resultados aos programadores, estes invariavelmente afirmavam: - "Isso é óbvio. Não precisavam de se incomodar. Nós chegávamos facilmente lá!" Para contrariarem a arrogância dos programadores, os psicólogos passaram a interrogá-los previamente sobre as expectativas quanto à melhor interface de um programa com o utente e só depois recolhiam os resultados. E o que muitas vezes verificaram foi que as previsões dos programadores sobre a melhor interface com o utente estava simplesmente errada (Baddeley, 1984).

Embora o senso comum seja por vezes contraditório, a maneira de se comportar e funcionar de cada pessoa individual não é assim tão contraditória como isso. As pessoas revelam uma organização e identidade própria, têm auto-controle e pode-se prever, em certa medida, o respectivo comportamento em situações futuras. Isto acontece muitas vezes na ausência de qualquer conhecimento científico formal em psicologia (e.g., Smedslund, 1997). O que é paradoxal: O funcionamento das pessoas é predominantemente coerente e previsível, mas o senso comum em que estão mergulhadas é geralmente enviesado e contraditório.

Pode-se argumentar que uma pessoa não usa o senso comum ao acaso, mas selecciona antes o curso de acção que em função da experiência anterior lhe parece mais adequado e eficaz. Deste modo, com o decorrer do tempo e o aumento da experiência, o senso comum vai-se tornando cada vez mais esclarecido convertendo-se talvez em inteligência prática e na sabedoria dos idosos e dos mais velhos. Senso comum, senso comum esclarecido, inteligência prática, psicologia científica, será que todos estes conceitos são pontos ao longo de uma escala ascendente? Talvez.

Sternberg e colaboradores (1995) atribuem ao senso comum esclarecido o estatuto de «inteligência prática», considerando tratar-se de uma mais valia considerável na resolução dos problemas do dia a dia para uma pessoa. Sternberg e col. (1995) referem que mais de dois terços da variância no desempenho de uma profissão não depende dos resultados obtidos em testes convencionais de inteligência. Estes investigadores citam estudos que indicam que o desempenho nos testes de inteligência, nomeadamente os que medem a fluidez mental, começa a diminuir a meio da vida adulta, mas o desempenho obtido em várias medidas de resolução de problemas quotidianos continua a melhorar até uma idade avançada (Sternberg, 1995, p. 923).

Peters (1960, p. 155) sugere que a tarefa da psicologia seria complementar aqui e ali o senso comum formulando teorias especialmente consistentes. Assim seria possível, por exemplo, a partir do adágio "Quem rouba um ovo, rouba um boi" elaborar uma teoria criminológica, segundo a qual o combate aos pequenos crimes evita o aparecimento de grandes crimes. Ou partir do provérbio "A união faz a força" para a formulação de uma teoria sobre a vantagem do funcionamento em grupo em relação ao funcionamento individual. Da organização interna e respectiva consistência destas teorias poder-se-iam formular hipóteses e fazer previsões e depois verificar se os resultados validavam ou não as teorias.

A especificidade da psicologia científica

A relação entre psicologia científica e senso comum varia conforme a área da psicologia considerada. Há áreas da psicologia em relação às quais o senso comum pouco ou nada tem a dizer como a neurofisiologia e a psicologia cognitiva experimental. Nestas áreas o que é que o senso comum pode dizer sobre os efeitos da fisiologia (e.g., Martínez e Kesner, 1998), o nível hormonal (e.g., Hamer e Copeland, 1998) e a organização mental (e.g., Schacter, 1995) sobre o comportamento? São áreas que pela sua natureza apresentam poucos contactos com o senso comum em virtude de se apoiarem em experiências científicas cuja validade pode ser verificada em qualquer altura.

Em seguida, vou apresentar uma série de 10 situações psicológicas sobre as quais há conhecimento científico empiricamente fundamentado. Estas situações estão ligadas na maior parte ao estudo dos processos cognitivos de percepção, atenção e memória, as áreas mais próximas da minha especialização psicológica. São áreas sobre as quais todos sabemos um pouco e onde é possível formular palpites ou ter convicções. Gostaria que prestassem atenção a cada situação, depois tentassem compreendê-la e por fim registassem se concordam ou não com o enunciado formulado.

As 10 questões são as seguintes:

1. Se fizer à noite na cozinha uma lista de compras para adquirir no supermercado e no dia seguinte tentar recordar a lista de compras, esta recordação é tão boa quer a faça na cozinha, quer a faça à entrada do supermercado.
2. É mais fácil recordar, passadas 2 horas do que passado um mês, o local onde ficou estacionado o carro dentro de um parque a céu aberto, situado numa zona onde o condutor nunca esteve antes.

3. É mais rápido reagir a um sinal luminoso do que a um sinal sonoro?
4. Emitir um anúncio centenas e centenas de vezes é uma garantia de ser bem recordado.
5. Dois grupos de pessoas analisam uma lista de 20 palavras em termos do agrado que cada palavra lhes proporciona. Um grupo sabe antecipadamente que vai ser solicitado a recordar as palavras no final da sessão, mas o outro grupo desconhece antecipadamente tal requisito. O grupo que foi antecipadamente informado vai recordar mais palavras no final do que o grupo que não foi informado.
6. Se se apresentar muito rapidamente um flash de luz verde, logo seguido por um flash de luz vermelha, uma pessoa consegue discriminar as duas cores emitidas.
7. Acabo de ver um filme de um minuto sobre um acidente entre dois automóveis. Se perguntar a um grupo de pessoas "A que velocidade os carros se esmagaram um contra o outro", e a outro grupo "A que velocidade os carros embateram um contra o outro", os valores médios de velocidade sugeridos pelos dois grupos são equivalentes.
8. O desempenho médio numa série de testes de inteligência obtido por estudantes universitários é superior quando as provas são realizadas num ambiente silencioso do que quando são realizadas num ambiente de grande ruído.
9. Recordar três palavras pela primeira vez após uma interrupção de 20 segundos é mais difícil do que recordar três palavras após uma interrupção de três segundos.
10. Um grupo ouve uma lista de 16 palavras seguidas e no final tenta recordar o maior número de palavras ouvidas. Um segundo grupo ouve também a mesma lista de 16 palavras seguidas, mas antes de recordar o maior número de palavras ouvidas é solicitado a fazer operações simples de subtracção durante 20 segundos. Esta tarefa de subtracção vai prejudicar a recordação de palavras situadas em toda a extensão da lista e não apenas no princípio, ou no meio, ou no fim.

Neste momento o leitor já deve ter registado as 10 respostas e é provável que tenha concordado com a maior parte dos enunciados. Pelo menos é, à partida, mais intuitivo concordar do que discordar com a maioria das questões. Tendo em conta, porém, os resultados experimentais obtidos na literatura científica, todos os 10 enunciados são falsos. A seguir apresenta-se a justificação científica das 10 questões acima formuladas:

1. Os resultados médios serão melhores na cozinha do que à entrada do

supermercado, porque o contexto ambiental em que a lista foi elaborada é uma pista ou indicador suplementar implícito que facilita a recordação. Godden e Baddeley (1975) verificaram que a recordação de uma lista de palavras por parte de mergulhadores era pior quando a lista era apresentada debaixo de água e recordada em terra, do que quando era apresentada e recordada debaixo de água (e.g., Smith, 1988).

2. Os resultados são equivalentes para os intervalos de tempo de duas horas e de um mês. Um estudo de Pinto e Baddeley (1991) indicou que as pessoas que estacionaram o carro no parque de Departamento de Psicologia na primeira vez que lá se deslocaram eram capazes de assinalar correctamente num mapa o local de estacionamento do próprio carro em 72% dos casos, tanto após 2 horas como após um mês.

3. Os resultados de centenas de estudos provam o contrário, isto é, que os tempos de reacção são mais rápidos em cerca de 20 milésimos de segundo (ms) para um estímulo sonoro do que para um estímulo visual (e.g., Chocholle, 1969). Quando fiz esta pergunta a 43 alunos do 2º ano da licenciatura em psicologia em Outubro de 1997, só um aluno indicou que era mais rápido reagir ao som do que à luz. Quando se viram confrontados com os resultados opostos, alguns argumentaram que se tinham apoiado no fenómeno físico de que a luz viaja mais rapidamente do que o som. De uma informação correcta em física, fizeram uma generalização errada para a psicologia.

4. Não há diferença. Em 1978, a BBC organizou uma campanha saturante de anúncios para informar a alteração dos comprimentos de onda das suas quatro estações de rádio. Apesar das pessoas terem sido expostas a milhares de anúncios radiofónicos e televisivos e recebido autocolantes informativos, o conhecimento das novas frequências ao fim de várias semanas foi quase nulo. As pessoas só fixaram o dia em que a mudança se iria realizar (Bekarian e Baddeley, 1980).

5. Saber antecipadamente que a leitura de uma lista de 20 palavras, por exemplo, vai ser objecto de uma prova de recordação inesperada no final da sessão não produz resultados melhores em relação ao grupo que desconhece tal prova de recordação. Se as instruções solicitarem a ambos os grupos para analisarem cada palavra em termos de agrado, os resultados são equivalentes, às vezes até melhores no grupo de aprendizagem accidental relativamente ao grupo de aprendizagem intencional (e.g., Hyde e Jenkins, 1973; Pinto, 1991).

6. Se cada flash se seguir ao outro e tiver uma duração de 20 milésimos de segundo (ms), o que as pessoas percebem é a cor amarela. Se a duração de 20 ms se mantiver, mas o intervalo entre os flashes for de 70 ms, só então as pessoas passam a perceber as cores expostas (Efron, 1967).

7. Os resultados são diferentes e as pessoas apresentam velocidades médias mais elevadas para o verbo "esmagar" (65,6 K/h) do que para o verbo "embater" (54,7 K/h), (Loftus e Palmer, 1974).

8. Os resultados são semelhantes tendo em conta o estudo de Hovey (1928). Hovey solicitou a um grupo de sujeitos para realizar o teste de inteligência "Alfa do Exército Americano" e ao mesmo tempo para os distrair pôs a funcionar várias campainhas, despertadores, cornetas, serras metálicas, luzes intermitentes, além de pessoas a passear na sala vestidas de forma extravagante. Quando os resultados médios deste grupo (133,9) foram comparados com os do outro grupo que realizou o teste num ambiente silencioso (137,6), as diferenças obtidas não foram estatisticamente significativas. Ao iniciarem a experiência os dois grupos foram emparelhados a partir dos resultados obtidos 6 meses antes noutra versão do teste Alfa do Exército.

9. A primeira vez que se recordam três palavras após uma interrupção de 3 ou 20 segundos produz um desempenho equivalente. O intervalo de tempo não tem relevância no primeiro ensaio da experiência. O intervalo de tempo só passa a ser crucial à medida que o número de ensaios aumenta (de 1 a 6), sendo neste caso mais difícil recordar após 20 segundos do que após 3 segundos de intervalo (Keppel e Underwood, 1962).

10. A operação aritmética, efectuada antes da recordação da lista, apenas afecta as últimas palavras da lista (da palavra 13 à 16) e não as do princípio ou do meio. Em Fevereiro de 1998, perguntei a 87 estudantes da licenciatura em psicologia, depois de realizarem esta experiência, mas antes de conhecerem os resultados, qual seria a tendência observada? A percentagem de respostas obtida foi: 47% para o conjunto; 7% para o início; 27% para o meio e só 19% para o final! Mesmo após terem realizado a experiência, os estudantes não foram capazes de descobrir o formato da função dos resultados obtidos. Mas após conhecerem os resultados, todos acharam que o padrão de resultados obtido, em que apenas as últimas posições seriais da lista eram afectadas negativamente, lhes parecia um efeito óbvio!

Em todas estas experiências referimos resultados médios de amostras de pessoas, que se revelaram consistentes em diferentes grupos, idades e culturas. Representam portanto algumas das regularidades do funcionamento da mente humana. Estas experiências constituem uma pequena parte dos resultados mais contra-intuitivos seleccionados na área da percepção, atenção e memória. São domínios sobre os quais o senso comum tem pouco ou nada a dizer. De modo geral, os resultados indicam que a aparência, o que é comum, ou o que seria intuitivamente de esperar está errado.

A função da psicologia é constituir um corpo coerente de enunciados, empiricamente fundamentados, de forma a explicar o comportamento e a organização mental das pessoas e proporcionar previsões precisas. Nesta perspectiva, a psicologia científica tem uma especificidade própria e não precisa de se preocupar em servir de contraponto à psicologia popular e ao senso comum.

Em conclusão, além da psicologia popular e do senso comum, está a psicologia científica. Em domínios como a cognição social, a psicologia pode pretender fundamentar o senso comum, elaborar modelos e indicar as circunstâncias em que as afirmações do senso comum são ou não apoiadas empiricamente. Mas a psicologia é uma ciência que tem por objectivo descobrir leis e regularidades entre fenómenos de modo semelhante às ciências físicas e biológicas. Até ao presente tem sido bem sucedida, ao contrário do que supõem alguns detractores. A psicologia é ainda uma ciência, porque formula modelos e teorias consistentes para compreender, explicar e prever os fenómenos humanos e depois avalia, modifica, retém ou abandona tais modelos explicativos se não forem capazes de resistir às provas empíricas, à replicação dos resultados e ao escrutínio dos especialistas, ao contrário da psicologia popular e do senso comum que apresenta um corpo de saber praticamente imutável ao longo de gerações.

Referências

- Averill, J. R. (1983). Studies on anger and aggression: Implications for theories of emotion. *American Psychologist*, 38, 1145-1160.
- Baars, B. J. (1997). *In the theater of consciousness: The workspace of the mind*. New York: Oxford University Press.
- Baddeley, A. (1984). *Is psychology making progress?* *Thornfield Journal* (pp. 8-21). University College, Dublin.
- Baumeister, R. F., Stillwell, A., e Wotman, S. R. (1990). Victim and perpetrator accounts of interpersonal conflict: Autobiographical narratives about anger. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 994-1005.
- Bekirian D. A., e Baddeley A. D. (1980). Saturation advertising and the repetition effect. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 19, 17-25.
- Berkowitz, L. (1990). On the formation and regulation of anger and aggression: A cognitive neoassociationistic analysis. *American Psychologist*, 45, 494-503.

- Chocholle, R. (1969). Os tempos de reacção. In P. Fraisse e J. Piaget (Eds.), *Tratado de psicologia experimental* (vol. 2, pp. 63-110). (Trad. por A. Cretella). Guanabara: Forense. (Obra original publicada em 1963).
- Chomsky, N. (1973). The case against B. F. Skinner. In F. W. Watson (Ed.), *Without within: Behaviorism and humanism* (pp. 58-79). Monterey, CA: Brooks Cole.
- Dodge, K. A., Bates, J. E., e Pettit, G. S. (1990). Mechanisms in the cycle of violence. *Science*, 250, 1678-1683.
- Efron, R. (1967). The duration of the present. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 138, 713-729.
- Farr, R. M. (1981). On the nature of human nature and the science of behavior. In P. Heelas e A. Lock (Eds.), *Indigenous psychologies: The anthropology of the self* (pp. 303-317). London: Academic Press.
- Fletcher, G. (1995). *The scientific credibility of folk psychology*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Fletcher, G. J. O. (1984). Psychology and common sense. *American Psychologist*, 39, 203-213.
- Godden, D. R., e Baddeley, A. D. (1975). Context-dependent memory in two natural environments: On land and under water. *British Journal of Psychology*, 66, 325-331.
- Hamer, D., e Copeland, P. (1998). *Living with our genes: Why they matter more than you think*. New York: Doubleday.
- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. New York: Wiley.
- Hovey, H. B. (1928). Effects of general distraction on the higher thought processes. *American Journal of Psychology*, 40, 585-591.
- Hyde, T. S., e Jenkins, J. J. (1973). Recall for words as a function of semantic, graphic, and syntactic orienting tasks. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 12, 471-480.
- Kelley, H. H. (1992). Common-sense psychology and scientific psychology. *Annual Review of Psychology*, 43, 1-23.
- Keppel, G., e Underwood, B. J. (1962). Proactive inhibition in short-term retention of single items. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 1, 153-161.
- Kosslyn, S. M. (1988). Aspects of a cognitive neuroscience of mental imagery. *Science*, 240, 1621-1626.
- Loftus, E. F., e Palmer, J. C. (1974). Reconstruction of automobile destruction: An example of the interaction between language and memory. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 13, 585-589.
- Martinez, J. L., e Kesner, R. P. (1998). *Neurobiology of learning and memory*. San Diego: Academic Press.
- Nisbet, R., e Ross, L. (1980). *Human inference: Strategies and shortcomings of social judgment*. Englewood Cliffs, N. J: Prentice-Hall.

- Peters, R. S. (1960). *The concept of motivation* (2nd ed.). London: Routledge & Kegan Paul.
- Pinto, A. C. (1991). *Psicologia experimental: Temas e experiências (cap. 11)*. Porto: Edição do Autor.
- Pinto, A. C., e Baddeley, A. (1991). Where did you park your car? Analysis of a naturalistic long-term recency effect. *European Journal of Cognitive Psychology*, 3, 297-313.
- Potegal, M., e Knutson, J. (Eds.). (1994). *The dynamics of aggression: Biological and social processes in dyads and groups*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Schacter, D. L. (Ed.). (1995). *Memory distortion: How minds, brains, and societies reconstruct the past*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Silva, H. M. Q. D., e Quintão, J. L. (1990). *Dicionário de provérbios* (2ª ed). Lisboa: Escher.
- Skinner, B. F. (1974). *Para além da liberdade e da dignidade* (J. L. D. Peixoto, trad.). Lisboa: Edições 70. (Beyond freedom and dignity: New York: Knoff, 1971)
- Smedslund, J. (1997). *The structure of psychological common sense*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Smith, S. M. (1988). Environmental context-dependent memory. In G. M. Davies e D. M. Thomson (Eds.), *Memory in context: Context in memory* (pp. 13-34). New York: Wiley.
- Sternberg, R. J., Wagner, R. K., Williams, W. M., e Horvath, J. A. (1995). Testing common sense. *American Psychologist*, 50, 912-926.
- Stich, S. P. (1996). *Deconstructing the mind*. New York: Oxford University Press.
- Tversky, A., e Kahneman, D. (1978). *Causal schemas in judgements under uncertainty*. In M. Fishbein (Ed.), *Progress in social psychology* (pp. 49-72). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

WHAT DOES SCIENTIFIC PSYCHOLOGY HAVE THAT POPULAR PSYCHOLOGY AND COMMON SENSE DON'T HAVE?

Amâncio da Costa Pinto

Faculdade de Psicologia e C. da Educação, Universidade do Porto, Portugal

Abstract: Scientific psychology, popular psychology and common sense interact in complex ways. Psychology is often accused to be an informed common sense, a topic that much is known about, and a biased attempt to confirm the obvious and to re-discover what is already known. In contrast, scientific psychology is aimed at building up theories empirically tested, internally consistent, and with predictive power accuracy. There are also several psychological studies, whose results are counter-intuitive even for educated people unfamiliar with the research. This paper restates and comments on these issues, shows the contradictions inherent to several Portuguese popular proverbs, describes 10 empirical counter-intuitive studies on cognitive psychology and argues that, although the contrast with common sense contents may be sometimes useful, most often scientific psychological research should simply forget them.

KEY WORDS: *Scientific psychology, popular psychology, common sense, proverbs, counter-intuition research.*